

Artigo

As experiências educativas na Escola Popular da ocupação urbana Carlos Marighella

Larissa Miranda Domingos*

Resumo

Este trabalho trata do processo de construção coletiva de uma escola popular em uma ocupação urbana, considerando as concepções, conceitos e percepções que fundamentaram tal processo. Apresenta uma discussão conceitual breve sobre movimentos sociais, educação popular, territórios de resistência e as iniciativas da escola popular pesquisada. Assinala que a partir da perspectiva de educação popular histórico-crítica e de territórios de resistência, a ocupação Carlos Marighella desde sua origem, em 2022, possui projetos de educar jovens e adultos moradores e ocupantes, que vem sendo discutidos e criados conjuntamente por moradores e coordenadores. Foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos para este trabalho: apresentação dos resultados da pesquisa, que foi centrada nas categorias de movimentos sociais; ocupação urbana e escola popular - em que consistem as entrevistas semi-estruturadas com coordenadores, professores e moradores participantes do projeto educativo. A pesquisa revelou as perspectivas pedagógicas dos educadores populares, os projetos educativos em curso e a percepção dos moradores sobre essas atividades educativas. E evidenciou que a união de ocupantes/moradores, educadores e demais forças sociais envolvidas nesse processo anima a possibilidade de transformar realidades, para além do ensino-aprendizagem, servindo também como momentos de partilha de experiências.

Palavras-chave: Escola Popular. Educação Popular. Ocupação Urbana. Luta Social Por Moradia.

Educational Experiences at the Popular School within the Carlos Marighella Urban Occupation

Abstract

This paper addresses the process of collective construction of a popular school within an urban occupation, considering the conceptions, ideas, and perceptions that have shaped this process. It presents a brief conceptual discussion on social movements, popular education, territories of resistance, and the initiatives developed by the popular school under study. From the perspective of historical-critical popular education and territories of resistance, the Carlos Marighella Occupation, since its origin in 2022, has developed educational projects aimed at teaching young people and adults living in the settlement. These projects have been collectively discussed and created by residents and coordinators. The methodological procedures carried out for this study included the presentation of research results centered on the categories of social movements, urban occupation, and popular school. This involved semi-structured interviews with coordinators, teachers, and residents participating in the educational project. The research revealed the pedagogical perspectives of popular educators, the ongoing educational initiatives, and the residents' perceptions of these educational activities. It also highlighted that the collaboration among occupants/residents, educators, and other social forces engaged in this process fosters the possibility of transforming realities beyond teaching and learning, serving also as moments for sharing experiences.

Keywords: Popular School. Popular Education. Urban Occupation. Social Struggle for Housing.

* Mestranda em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: larissamirandaufsc@gmail.com

Para entender um pouco de onde surge a ideia de pesquisar a educação popular em uma ocupação urbana é necessário revisitar diversas ocasiões históricas, assim como as políticas de moradia na cidade de Palhoça e na região da Grande Florianópolis, o que já havia sido explorado em investigações acadêmicas anteriores relacionadas ao tema. Naquele contexto, foram registradas aproximadamente três visitas à Ocupação Carlos Marighella, durante os anos de 2022 e 2023. Em cada uma dessas ocasiões, os moradores estavam em um novo local - um deles resultantes de uma intervenção da Prefeitura e outros dois, da própria iniciativa do movimento por moradia em sua busca por encontrar terrenos para cumprir a função social de moradia popular.

Em investigações anteriores sobre o tema, emergiram diversos questionamentos e reflexões de cunho sociológico surgiram, voltadas para entender como o movimento por moradia na região se desenvolve, quais as forças políticas que impulsionam as decisões e ações sociais no seu interior e quem são os sujeitos que o constituem, apoiam e vivenciam a experiência de uma ocupação urbana. As análises produzidas nessas investigações destacam o direito constitucional de moradia como um direito humano fundamental que deve assegurar a função social de áreas urbanas e rurais. Concluem ainda pela ineficácia das políticas públicas em garantir esse direito, tomando o caso estudado como exemplo de uma luta que extrapola os limites da ação estatal, frequentemente revelada como insuficiente diante das demandas sociais.

O objetivo central deste artigo, então, é de apresentar de forma breve, como se deu o processo educativo construído no campo estudado, tendo seus resultados coletados ao longo da pesquisa: as atividades educativas da Educação Popular na Ocupação Carlos Marighella, as entrevistas com os coordenadores e professores desse processo educativo; e a experiência e avaliação dos moradores sobre o processo educativo vivenciado; a identificação dos projetos em andamento, que tematizam a Educação Ambiental e a Educação Jurídica. Estes projetos em curso apoiam-se em uma rede de colaboração de educadores de diversas áreas, do ensino médio ao superior, estudantes de graduação e professores universitários que, a partir de projetos de extensão, conseguem desenvolver planos e ações de ensino para participarem da construção da escola popular no caso estudado.

Foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos para este artigo: apresentação dos resultados da pesquisa, que foi centrada nas categorias de movimentos sociais; ocupação urbana e escola popular – em que consistem as entrevistas semi-estruturadas com coordenadores, professores e moradores participantes do projeto educativo. Além da articulação destes com uma bibliografia que explora temas como, territórios de resistência, educação popular e movimentos sociais.

As entrevistas foram realizadas durante uma visita a campo, em abril de 2024, em um sábado, enquanto ocorria uma das aulas de Educação Ambiental, com a parceria de estudantes dos cursos de Biologia e Engenharia Sanitária e Ambiental de uma Universidade Federal, estes participantes de Projetos de Extensão de um Núcleo de Estudos em Educação Ambiental. Em tal ocasião, foram entrevistadas cinco moradoras, bem como o coordenador geral da escola popular. O roteiro base da entrevista com as moradoras consistiu em perguntas sobre suas trajetórias na moradia atual, nível de formação escolar, as experiências educativas que tiveram na escola popular e sua avaliação sobre estes momentos e atividades. Na entrevista com o coordenador geral, as perguntas centrais consistiram em buscar esclarecimentos sobre o projeto desenvolvido e em desenvolvimento, sua origem, as demandas do movimento social, a perspectiva pedagógica e político-social que fundamenta o processo educativo e, por fim, sobre os planos e projetos futuros para os projetos em processo de criação.

As experiências educativas na ocupação urbana Carlos Marighella

A Ocupação Carlos Marighella surgiu em maio de 2022, quando cerca de 100 famílias ocuparam um terreno abandonado com prédios inacabados na Guarda do Cubatão. As reivindicações dos ocupantes estavam centradas em uma política de moradia para o município de Palhoça, que atingisse trabalhadores migrantes de outros estados e com renda baixa, os quais dependiam de aluguéis exorbitantes na cidade para se manter. Durante o segundo semestre de 2022 houve uma medida de reintegração de posse para o terreno ocupado, despejando todas as famílias em uma madrugada de inverno, tendo sido alocadas em um

Ginásio de Esportes, no bairro Caminho Novo. Os moradores sentiram-se indignados e insatisfeitos com a ação, tendo seus materiais e móveis destruídos durante a ação policial.

Por fim, a partir da organização coletiva dos coordenadores e demais moradores, estes se reuniram em assembleia para decidir sobre os rumos da mesma. E então desencadeou-se uma nova ação direta em outro terreno, agora no bairro Aririú da Formiga, que segue até o momento realizando atividades para a comunidade em geral e apoiadores. O movimento vem realizando campanhas para doação e mutirões de construção com a contribuição de militantes partidários e apoiadores. Também possui uma aliança com integrantes do corpo docente e discente da Universidade Federal de Santa Catarina, que vem contribuindo para a consolidação da Escola Popular Marighella.

Para iniciar o debate, podemos inferir que a luta por moradia é um dos temas de destaque neste trabalho. Onde é possível entender como funciona a organização e as ações sociais presentes no campo explorado. Para entendermos essa relação, os movimentos sociais foram se aperfeiçoando em suas ações educativas para que possamos estar presentes nos dias de hoje.

É importante lembrar que a relação entre movimento social e educação é antiga e ocorre de várias formas - a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais, no próprio movimento social, dado caráter educativo de suas ações na sociedade, e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). A novidade deste século é a proliferação de coletivos autônomos, dentro de unidades educacionais, organizados ao redor de múltiplas causas ou atividades operativas. O maior número encontra-se nas universidades e sobre isso há poucas pesquisas ainda (GOHN, 2019, p. 215).

A partir desta citação acima, podemos inferir que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi o fio condutor das ações desenvolvidas entre educação e luta por moradia. E que há muito o que se pesquisar atualmente sobre tal relação e atividades que são desenvolvidas. Embora seja necessário diferenciar o MTST do movimento que constrói a Ocupação Carlos Marighella, por diversas questões histórico-políticas, assim como pela própria concepção de educação popular, algo que será discutido neste trabalho.

Justamente por existir uma conjuntura de obstáculos no qual, em dois anos de existência e junção coletiva, foi apenas a partir de 2023, que o projeto da escola popular pode tomar forma, mas sempre esteve em pauta. Ao serem despejados do primeiro local ocupado, ainda em 2022, os militantes tiveram de refazer seus projetos para continuar arrecadando recursos para a construção do espaço para as aulas. Apenas em 2024, ao estarem ocupando um novo terreno, foi possível retomar as atividades e realizar novos projetos nesse processo coletivo de construção. E com isso, podemos nos debruçar sobre os planos futuros para a escola.

A relação mútua e democrática de ensino-aprendizagem (SCORTEGAGNA et. OLIVEIRA, 2006) é possibilitada através da comunicação entre os movimentos sociais, educadores populares e educandos/moradores de uma ocupação urbana. É reforçada nas entrevistas com o coordenador, a primordialidade da conscientização política enquanto tema presente das aulas. Para isso, precisamos entender o que é a Escola Popular Marighella e como ela se desenvolve, ou como os coordenadores entendem tal construção. Brevemente, iremos elucidar alguns trechos da entrevista realizada com um de seus coordenadores, onde é discutido sobre a relação dos movimentos de luta por moradia com a educação popular.

Pergunta: O que é Escola Popular Marighella e como funciona?

Coordenador: A escola popular é uma iniciativa para ajudar a formar os moradores em militantes, que participam da ocupação e avançam. Ajudar a avançar a organização do trabalho de luta por direitos da ocupação, todos os temas, todas as formações, todas as ações pensadas pela escola são por um lado uma maneira de contribuir com o avanço da luta da ocupação e de um outro lado é fornecer uma frente de massas para que militantes e educadores se organizem no trabalho de luta (Entrevista realizada em 2024).

A partir desta pesquisa podemos associar o tema da educação popular com sua teoria, que exalta o diálogo entre as partes através de propostas discutidas coletivamente a partir de demandas de trabalho. A presença dos estudos da Educação Ambiental, citada anteriormente, traz o diálogo com uma perspectiva de desenvolvimento não só de projetos, mas de abertura de diálogos com o cotidiano dos moradores, sobre assuntos como compostagem, alimentação saudável, entre outros temas presentes e que ainda iremos abranger neste trabalho.

A educação popular consagra no diálogo não apenas uma metodologia de valor e de atuação pedagógica, de que o “círculo de cultura” seria a mais conhecida imagem. O diálogo é, nela, o começo e o final de todo o acontecer do ensinar-a-aprender. Em suas formas mais radicais — aquela que eu pessoalmente assumo —, a sua “palavra de ordem” é uma assumida e inicial “desordem pedagógica”. É a ideia de que, com um mínimo de propostas de base, tudo o que se realiza como e através da educação popular parte de um encontro tão igualitário quanto possível e imaginado de saberes e significados. De uma “turma de alfabetizandos” a uma instituição ampla de criação de uma “proposta de educação popular”, são coletivos tão igualados e igualitários de poder de pensar, dizer e decidir aqueles que geram e gerenciam um trabalho de educação popular (BRANDÃO, 2021, p. 6).

Em sua concepção, a ideia de ser uma educação transformadora, a educação popular surge como uma garantia de direitos para a população que sofre diariamente com opressões, por isso então decide reivindicar e lutar. Ela surge justamente quando uma comunidade, ou um grupo de pessoas, sente-se excluída de um processo ou de um acesso que é negado a estes grupos, enquanto minorias migrantes, ou trabalhadoras, que não possuem garantias de acessar uma moradia em centros urbanos e comerciais. Para além de sua situação sócio-política, a ação de uma ocupação urbana já expressa nos trabalhos anteriores caracteriza uma ação direta em prol de visibilidade a tal problema urbano e procura condições para amenizá-las.

A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo, tendo como principal característica utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino. O maior desafio é sempre a resistência, mesmo depois de tantos programas de ataques às minorias, onde direitos adquiridos são retirados ou pelo menos tentam retirá-los, os movimentos sociais se reorganizam e se readaptam nas formas de lutas e reivindicações (LIMA, 2023, p. 7).

Nesta perspectiva de direitos do povo, o ataque a esses direitos é uma vertente real e a organização política, seja ela expressa através de uma ação direta, surge justamente como forma de luta em prol do acesso à moradia digna. Para entender a relação dos movimentos sociais propriamente com a educação popular, entende-se a formação de conhecimento a partir de vivências e demandas do movimento, que articula com as realidades sociais presentes.

A relação então dos movimentos sociais e a educação popular existe no entendimento de diversas realidades, que performam em seus territórios de resistência (LIMA, 2023), mas que também existem através da própria realidade que vivenciam e experienciam enquanto sujeitos políticos, civis e sociais. Trata-

se então, de uma forma de articular a reflexão destes sujeitos pertencentes aos movimentos, mas também, de refletir sobre costumes, vida social, política e de convivência.

A educação popular é uma educação comprometida e participativa com a perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Ao utilizar e valorizar o saber da comunidade como “materia-prima para o ensino”, ela considera o contexto maior da sabedoria popular, que acaba ampliando o ensino, a mobilização, a formação, enfim, o formar consciência da constituição de diferentes atores envolvidos na construção do conhecimento (GERHARDT et. FRANTZ, 2019, p. 100).

Ou seja, a prática que perpassa justamente esta aquisição do conhecimento através de uma realidade específica, seja vivenciada,
7 experienciada por estes membros que a constituem e que experienciam estas vivências. Para o coordenador da escola popular, o conceito de educação popular é entendida como uma ferramenta de transformação coletiva, de conscientização da realidade social e de uma perspectiva de sociedade.

Pergunta: Quais as perspectivas da educação popular enquanto ferramentas de transformação e conhecimento para com os ocupantes?
Coordenador: a educação popular é importante, para esclarecer isso, não é só alcançar uma comunidade carente, ela é uma forma de educação muito própria da classe trabalhadora para a classe trabalhadora e eu sempre repito que nós precisamos da educação para atingir objetivos maiores que a educação. Então ela é uma ferramenta um meio para que a gente consiga alcançar o direito à casa. O direito ao acesso aos aparelhos públicos de saúde a educação, e coisas do tipo, então também tem a função de transformar o horizonte, do que é possível para as pessoas, a educação popular não vai só trazer uma capacitação, é um chamado para ação que é imediato, mas a gente quer transformar as lentes com que as pessoas enxergam a realidade, para que a gente saia de um estado de pouca capacidade de intervir e pouca capacidade de enxergar que o mundo é possível de mudar para o patamar superior de intervenção e de perspectiva de futuro da humanidade como um todo. Então, de onde estamos hoje para uma transição socialista da sociedade (Entrevista realizada em 2024).

No próximo parágrafo, iremos aprofundar nas experiências educacionais e pedagógicas na Escola Popular Carlos Marighella, que consiste em estudar as perspectivas pedagógicas da escola, explicitar seus projetos, entrevistas com os/as educadores populares e ao final, a percepção dos ocupantes/estudantes/moradores sobre o desenvolvimento das atividades educativas.

A partir disto, foi realizada uma pesquisa literária e conceitual, para entender como estes teóricos articulam suas concepções de educação e se possível, de educação popular. Uma delas, é Demerval Saviani (1943), pedagogo brasileiro conhecido por sua corrente pedagógica histórico-crítica.

Enfim, o método da pedagogia histórico-crítica procura incorporar os conhecimentos pedagógicos articulando-os com os modos de produção da existência humana. E uma das linhas de investigação que se encontra em desenvolvimento é exatamente a fundamentação da pedagogia histórico-crítica a partir da explicitação dos modos de produção da existência humana desenvolvidos ao longo da história (SAVIANI, 2020, p. 34).

Compreendemos que a Pedagogia Histórico-Crítica propõe métodos pedagógicos próprios, baseados em experiências acumuladas ao longo da história humana, articulando diversos saberes e histórias. É a partir de reflexões quanto à realidade objetiva, política e social, torna-se possível desenvolver conscientização aos envolvidos nos diferentes processos educativos.

A especialista em História, Rosa Malvina Melo de Lima (2023), viabiliza uma pesquisa, em sua introdução, sobre as diferentes formas de resistência da educação. O conceito de “território de resistência” é entendido como meios de elaboração coletiva de planos para a expansão de valores ou reivindicações. Este campo territorial pode ser composto por memórias, histórias e outras maneiras de enfrentar adversidades enquanto movimento social.

Nos territórios de resistência expressos pela autora é perceptível a existência de diversas formas nas quais a educação popular está presente, seja ela em rodas de conversa, onde é possível ter contato com a experiência próxima de sujeitos que constituem este processo. Assim como em escolas e locais de formação própria, elementos cruciais no papel da chamada transformação social, possuindo caráter político e de formação.

Os círculos ou grupos de estudo, a análise de conjuntura que fomenta a ação coletiva ou em grupo, a participação através das redes sociais, as palestras, a convivência com grupos de apoiadores e suas atividades, direcionam as ações do território de resistência a um engajamento externo, de fora para dentro. As mobilizações, manifestações, também presentes na análise realizada sobre o objeto investigado, tais territórios fazem-se presentes no cotidiano de dois anos de atividades dos moradores. A experiência de reflexão destas perspectivas

pedagógicas, ao possuírem um objetivo em comum com a prática educativa de entender processos político-sociais é a de incitar uma conscientização sobre processos próprios do território de resistência (LIMA, 2023).

Portanto a reflexão trazida por essa pesquisa, diz respeito à necessidade política e pedagógica de se pensar o movimento social e seus territórios de resistência como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contrapõe aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos (LIMA, 2023, p. 2).

Para além de tal quadro de conjuntura política, o processo educativo entra como contraponto a uma perspectiva histórica de exclusão social, tendo o processo educativo como uma chave para o alcance da justiça social ou para a conscientização política a partir destes territórios. A participação deste processo de leitura crítica do mundo (PALUDO, 2008), perpassa as construções de conhecimento que atuam no mundo, o processo de mudança radical de uma sociedade, presentes em manifestações, marchas, protestos, entre outras formas de se colocar no mundo e possuir uma pauta de luta política.

Assim, realizar a educação do povo tendo como base a teoria de Freire significa realizar um trabalho de conscientização política, ou seja, de leitura crítica do mundo, que caminha junto com o processo de construção e reconstrução do conhecimento e que implica em ação, em intervenção no mundo. Nesta perspectiva, a revolução deve ser entendida como um processo de mudanças, de avanços e não apenas de rupturas, embora a utopia seja a de chegar às rupturas, uma vez que a proposição é a transformação radical da sociedade. Conflito e consenso fazem parte e a revolução requer a construção do poder em novas formas de relação, sendo um processo que necessita da hegemonia de uma nova forma de educar.

Deste modo, protestos, ocupações, marchas, entre outras manifestações populares, resultantes do processo de organização também política do povo, que se coloca na sociedade para ser ouvido e visto, como sujeito, além de importantes, neste caminhar, são absolutamente necessários, mesmo quando reprimidos com violência, como tem ocorrido em inúmeras ocasiões (PALUDO, 2008, p. 11).

A partir deste ponto, serão apresentados de forma breve, os projetos em andamento durante o ano de 2024, focando na trajetória dos educadores populares, no desenvolvimento de seus projetos e outras perspectivas. As entrevistas com as educadoras populares e discentes dos cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que participam de projetos de extensão que dialogam com os projetos da escola e foram realizadas através de questionário online.

Para compreender um pouco mais, Filho (2022) em seu Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, reflete sobre a Educação Ambiental crítica, onde a mesma se fundamenta na relação e reflexão humano-natureza. Através da educação ambiental, a participação dos educandos nos temas sobre o meio ambiente pode impactar nas questões sócio-políticas, construindo uma cidadania responsável que pensa no coletivo e no social.

O desafio é formular uma Educação Ambiental que seja crítica e inovadora, entendida como educação política, no sentido de que ela foca a preparação dos cidadãos para exigir e reivindicar a justiça social, autogestão e ética nas relações sociais, assim também com a natureza, uma educação para a cidadania ambiental ou eco cidadania (SULAIMAN; TRISTÃO, 2009).

No caso estudado, o núcleo de estudos mencionado possui um projeto específico para estudar a educação ambiental, trazendo seus discentes e bolsistas de extensão para uma jornada de imersão na ocupação, é realizada primeiramente um mapeamento e depois, como é descrito nas entrevistas do trabalho completo, as aulas em si, como uma parte da extensão do projeto. As atividades durante as aulas são dadas de forma oral, realizando uma pergunta problema no início e abrindo para os moradores poderem fazer suas narrativas, contar histórias e experiências. A aula é então construída coletivamente com a mediação destes educadores/discentes.

Pergunta: Você acha que esse projeto de formação responde às demandas da ocupação? De que modo?

Educadora/discente: Em minha opinião, levando em conta o pouco que vi na ocupação e os relatos antigos, a formação agrupa muito aos moradores e está caminhando para a melhora da qualidade de vida deles. Atualmente já vemos composteiras sendo criadas, separação do lixo sendo feita e uma melhor noção dos seus direitos em relação ao saneamento. (Entrevista realizada em 2024)

As atividades durante as aulas são dadas de forma oral, realizando uma pergunta problema no início e abrindo para os moradores poderem fazer suas narrativas, contar histórias e experiências. A aula é então construída coletivamente com a mediação destes educadores/discentes.

Pergunta: Como você avalia essa experiência de formação?

Educadora/discente: Está sendo uma experiência de grande impacto, a cada aula sinto uma troca de conhecimentos maior, às vezes sinto que aprendo mais com os moradores do que ensinamos. São experiências de vida muito diferentes que agregam muito para o desenvolvimento do projeto e pessoal também. (Entrevista realizada em 2024)

Para sinalizar a atenção para com o perfil dos(as) educadores populares, os participantes dos projetos citados, advém de diversas áreas de conhecimento, com formação em ensino superior. Mesmo possuindo ou não experiência na área da docência, o fato de estarem inseridas no contexto da ocupação e conhecerem as demandas dos moradores, possibilitou que elaborassem planos de ensino e de aulas que respondiam às necessidades educativas. Essa foi mais uma das características observadas nesse contexto. E de certa forma, fazem jus com as concepções de educação popular trazidas pelo coordenador entrevistado e por alguns referenciais teóricos trabalhados anteriormente.

Para finalizar, iremos introduzir de forma breve, uma das entrevistas com as moradoras a partir das suas percepções das atividades educativas. É focada então nas suas avaliações e participações nestas aulas.

Pergunta: Pode comentar sobre essas experiências?

Entrevistada: É uma experiência legal. Querendo ou não, a gente vive no coletivo, então quando a gente às vezes, é tipo assim, a gente não entende muito bem o que é o coletivo até a gente começar a participar. Então, o coletivo na verdade é você cuidar do ambiente como coletivo e você automaticamente se cuidar e cuidar do próximo. Então para a minha experiência, cada dia que passa, cada dia que a gente vai participando, a gente aprende mais ainda e a gente aprende. Ainda tem desafeto por mais que às vezes a gente tenha "Ah, mas não é meu sangue" mas ali a gente entende muitas das vezes que a gente é camarada e que a gente precisa um do outro. (Entrevista realizada em 2024)

A reflexão da moradora quanto à coletividade é extremamente importante e pertinente ao próprio objetivo da educação popular, pela qual se entende que o coletivo é algo no qual existe a construção de experiências e aprendizados.

Considerações finais

Este artigo, por meio das reflexões teóricas e do breve resultado da pesquisa empírica que foram realizados sobre o tema, permitiu compreender o processo de construção e concepção sobre educação popular, através das lentes da Sociologia e da Educação. Neste caso, as entrevistas explicitaram muito do potencial e das atividades educativas que vêm sendo desenvolvidas no projeto de escola popular da Ocupação Carlos Marighella. Constatou-se que as forças sociais envolvidas na construção dessa escola tem realizado um planejamento prévio para que possam ser projetadas e executadas – com atuação de diversos

setores da sociedade, acadêmicos e discentes –, as ações educativas voltadas para os moradores que vivem e participam diariamente de uma ocupação urbana.

Portanto, este artigo focou no exercício das discussões sobre o movimento social de luta por moradia e a construção de uma escola popular na ocupação, por meio da iniciativa de coordenadores, moradores e educadores populares. As reflexões que originaram este trabalho basearam-se, assim, na pesquisa sobre esse processo de construção. Ao analisar o projeto educativo e as entrevistas realizadas, constatou-se que estão de acordo com os objetivos dos coordenadores entrevistados de desenvolver uma educação da e para a classe trabalhadora.

Esclarece que por meio dessas aulas e outras atividades educativas, os moradores vêm tendo acesso a discussões e debates que ampliam suas visões sob a perspectiva coletiva da luta social por moradia. De fato, com este trabalho pudemos concluir que a escola popular estimula e possibilita aos moradores/ocupantes discutirem sobre diversos assuntos concernentes a sua realidade e condições de vida, trocarem ideias e análises sobre o movimento político e as relações sociais nas quais estão inseridos, opinarem sobre como aplicar seus conhecimentos na vida cotidiana.

É por meio da educação popular e da luta coletiva que os moradores podem desenvolver suas potencialidades intelectuais e críticas, pelo acesso aos conhecimentos socialmente acumulados e pela reflexão coletiva sobre suas experiências de luta. Questionando as relações sociais capitalistas e pensando nas possibilidades de vida social para além do trabalho cotidiano. Nesse processo, vai sendo criada uma rede de relações entre educandos e educadores, em prol de uma consciência social e política.

Por fim, o trabalho aponta para a necessidade de um olhar atento para um momento histórico em que, através da união de trabalhadores, estudantes, ocupantes/moradores, vislumbra-se a possibilidade de transformar realidades, para além do ensino-aprendizagem, servindo também como momentos de partilha de experiências. Nesse processo foi possível trazer um pouco das vivências dos moradores, compartilhar análises com a própria comunidade, e ao mesmo tempo observar a construção coletiva de um processo educacional.

***Larissa Miranda Domingos** é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou seu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais sobre a Ocupação Carlos Marighella e seu Trabalho de Conclusão de Licenciatura, sobre a educação popular na mesma ocupação. É coordenadora de comunicação do Instituto de Formação Popular Caeté.

Contato: larissamirandaufsc@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4810840164799955>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4324-4535>

Site: www.linkedin.com/in/larissadomingos

Recebido em: 04/06/2025

Aprovado em: 11/11/2025

Como citar este texto: DOMINGOS, Larissa Miranda. As experiências educativas na Escola Popular da ocupação urbana Carlos Marighella. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1129313, 2026.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação pública, educação alternativa, educação popular e educação do campo: algumas lembranças e divagações. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e255951, 2021.

DOMINGOS, Larissa M. **As experiências educativas na Escola Popular da ocupação urbana Carlos Marighella.** Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

FILHO, Roberto Carlos Amaro. **Meio ambiente e o ensino de sociologia: as possibilidades de uma educação ambiental crítica na educação básica de Santa Catarina.** Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

GERHARDT, Milton César; FRANTZ, Walter. Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 92–104, 2019.

14

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013.** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

LIMA, Rosa Malvina Melo De. Territórios de resistências da educação popular dentro dos movimentos sociais. **Anais IX CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

PALUDO, Conceição. Movimentos sociais e educação popular: atualidade do legado de Paulo Freire. In: **II Seminário Diálogos com Paulo Freire: educação popular, formação profissional e movimentos sociais.** Pelotas: Editora Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências**, 3(2), p. 11-36, 2020.

SULAIMAN, Samia Nascimento; TRISTÃO, Virgínia Talaveira Valentini. Educação ambiental e sociologia ambiental: interlocuções com a teoria da reflexividade. **Pesquisa em Debate**, v. 6, n. 2, 2009.